



a Voz do Operário

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco
ANO 140 NÚMERO 3060 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA
NOVEMBRO 2018 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



ENTREVISTA Gregório Duvivier

O humorista brasileiro conversa com *A Voz do Operário* sobre o momento crítico que atravessa o Brasil e sobre a ameaça do fascismo, depois de uma disputa eleitoral que deixou o país dividido. Assumidamente de esquerda, defende que a solução para os problemas não passa pela extrema-direita. **págs. 8 e 9**



ENSINO SUPERIOR

É cada vez mais difícil estudar

Apesar de a Constituição estabelecer a gratuidade progressiva de todos os graus de ensino, há quase duas décadas que o país se debate com as barreiras económicas que separam os portugueses do ensino superior

público. A par das propinas, a explosão dos preços no mercado de arrendamento agravou as dificuldades dos estudantes e ameaça excluir ainda mais quem estuda fora do seu local de residência. **págs. 6 e 7**



Entrevista com Alexandra Lucas Coelho

Chegou ao jornalismo porque queria escrever livros e viajar. Acha que literatura é vida. A escritora vê as crónicas como “ação política imediata” e os livros como “ação sem prazo”. A autora que tem vários romances publicados fala também com *A Voz do Operário* sobre *A Nossa Alegria Chegou*, o seu novo romance. **págs. 15**



Orçamento do Estado 2019 com sabor agridoce

É provavelmente o último Orçamento do Estado desta legislatura e acaba de ser aprovado na generalidade na Assembleia da República. Depois de intensas negociações, a resistência do PS a mais avanços à esquerda mostra que foi a atual aritmética parlamentar que marcou a conquista de direitos nos últimos três anos. **pág. 12**



A VOZ DO OPERÁRIO Espaço Educativo da Ajuda - Creche

Olga Silva descreve o êxito dos resultados de uma escola que decidiu organizar as crianças de um e dois anos em quatro salas heterogéneas, numa relação em que todos beneficiam. **pág. 5**



Resistir no Brasil: ninguém larga a mão de ninguém!

Realizou-se dia 28 de outubro a 2.ª volta das eleições presidenciais do Brasil, tendo sido eleito o candidato fascista Jair Bolsonaro. É expectável o retrocesso político, social e civilizacional. Mas contra o fascismo, as forças progressistas e democráticas reorganizam-se já, dando continuidade ao trabalho de resistência que a campanha de Haddad e Manu prometeu. **pág. 14**

Plano de Atividades e Orçamento para 2019

Manuel Figueiredo,
 Presidente da Direção

Realizar-se-á no próximo dia 22 de Novembro, a Assembleia Geral d'A Voz do Operário, na qual iremos apresentar e submeter à aprovação dos sócios, o Plano de Atividades e o Orçamento para 2019, bem como a atividade em curso e a estimativa para o fecho do corrente ano, que espelham o contínuo reforço do volume de atividade e prosseguem o equilíbrio económico e financeiro.

O crescimento em 2018 fica patente no facto de pela primeira vez se atingir um volume de receitas superior a 5 milhões de euros (estima-se que esta verba seja de 5,1 milhões, ligeiramente acima do valor que havia sido orçamentado).

Este incremento abrangeu as diferentes áreas da atividade da nossa Instituição, merecendo naturalmente destaque a área educativa, em que a nossa oferta, abrangendo as valências de creche, creche-familiar, pré-escolar, 1º ciclo e 2º ciclo, aumentou de novo o número de inscrições, havendo várias situações em que essa ocupação está para além do número de crianças comparticipadas pelas entidades públicas.

Para continuar a dar a resposta adequada ao crescente nível de atividade, prosseguiu o reforço da estrutura de pessoal, ao mesmo tempo que continuou a implementação da reestruturação interna, adaptando-a às novas necessidades, dotando assim A Voz do Operário da capacidade necessária para corresponder ao bom desempenho no serviço prestado.

Proseguiu o caminho de sustentabilidade económica e financeira da Instituição, pese as dificuldades acrescidas pelo facto de as comparticipações das entidades públicas não acompanharem os gastos associados às valências apoiadas (basta ver que estas comparticipações em 2014 representavam 60% do total de receitas enquanto em 2018 se ficam pelos 49%), enquanto os custos têm vindo a subir, designadamente as remunerações com pessoal, que têm um crescimento de 9% face ao ano anterior. Mesmo assim, esperamos apresentar no final deste ano um resultado equilibrado, o mesmo sucedendo com o orçamento para 2019.

Saliente-se que, em paralelo com o caminho de equilíbrio da situação económica e financeira que vem sendo pros-

seguido, não descurámos a realização de importantes investimentos, imprescindíveis para manter (e melhorar) a elevada qualidade do serviço prestado.

Estes investimentos abrangem não só os diferentes equipamentos educativos, mas também outro património detido pela Voz do Operário, como seja o imóvel da Calçada Agostinho Carvalho, onde decorre uma obra de reabilitação total do edifício que deverá ficar concluída em meados de 2019, devendo a partir daí este imóvel constituir uma fonte de rendimento para apoio à atividade da Voz do Operário.

Salientem-se igualmente os investimentos realizados na Sede, estando agora prevista para 2019 a reabilitação do Salão de Festas, nomeadamente a sua insonorização e climatização, por forma a que possa ser melhor aproveitado na realização de iniciativas culturais.

Ainda em 2018, temos vários eventos programados, de que realçamos já no próximo dia 11 a realização da II Gala de Fado da Voz do Operário, que esperamos atinja e ultrapasse o grande êxito alcançado com a I Gala realizada o ano passado.

O Plano de Atividades e Orçamento para 2019 prossegue a linha de rigor que vem sendo seguida, apostando no bom nível de atividade, mantendo uma elevada qualidade do serviço educativo e do apoio social, valorizando e rentabilizando o património, prosseguindo a publicação regular do Jornal, mantendo atualizado o nosso site, promovendo iniciativas culturais diversificadas, reforçando a oferta existente a nível desportivo e participando ativamente no movimento associativo.

Celebraremos o nosso 136º aniversário, onde mais uma vez homenagearemos uma personalidade (ou entidade) de mérito reconhecido e daremos especial ênfase à comemoração do 140º aniversário do nosso Jornal, estando já a ser programado um vasto conjunto de iniciativas relevantes a propósito desta efeméride.

Participaremos ativamente nas atividades do movimento associativo, designadamente nas comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio, bem como nas festas de Lisboa, com a nossa marcha infantil e os nossos arraiais populares, que de novo constituirão um ponto de encontro e convívio.

O sucesso de toda esta atividade será tanto maior, quantos mais sócios e amigos consigamos envolver no desenvolvimento do nosso trabalho.

EDITORIAL

Contra o fascismo, a gente

A tempestade política que se abateu sobre o Brasil abre as portas à barbárie. Que um fascista tenha ganho as eleições presidenciais é o corolário de um golpe que começou no dia em que se destituiu Dilma Rousseff e que se aprofundou quando Luís Inácio Lula da Silva foi encarcerado justamente quando encabeçava todas as sondagens eleitorais. Hoje, o mundo é um lugar ainda mais perigoso para os amantes da democracia, da paz, da igualdade e da justiça social. Esta edição procura trazer mais luz à realidade brasileira, às suas complexidades e contradições, porque informar a isso obriga e é esse o compromisso primeiro d'A Voz do Operário. Há muito que a maioria dos órgãos de comunicação social decidiu participar num jogo cada vez mais perigoso, em que se iludem os verdadeiros responsáveis dos problemas gerados pelo sistema capitalista e em que se criam falsos inimigos.

Esta edição dá também conta das dificuldades que os estudantes do ensino superior enfrentam. Propinas e alojamento pesam cada vez mais nos bolsos de quem estuda e continuam a ser fator de afastamento de muitos jovens no prosseguimento do seu percurso académico. No mês em que se debate o Orçamento do Estado para 2019 na especialidade, importa entender que continuamos aquém do que o país necessita. Se é certo que foram muitos os direitos recuperados, também é certo que o governo continua a apoiar as restrições impostas pela União Europeia e com isso a estrangular as possibilidades de valorizar mais os trabalhadores e o povo. Melhores salários, reformas e pensões são exigências mais do que justas e necessárias se olharmos para o panorama europeu e para os dados dos lucros dos grandes grupos económicos e financeiros em Portugal.

A manifestação nacional que se vai realizar no dia 15 deste mês diz respeito a todos. Lutar por melhores condições de vida é essencial. O governo tem de perceber que *a prática é o critério da verdade*. A nossa intervenção é imprescindível para que nas ruas não falem os valores da revolução de Abril. Com o fascismo a avançar impunemente por tantos países do mundo, importa perceber que a participação dos trabalhadores e do povo é realmente, e mais do que nunca, a única força, em todas as esferas da vida social e política, capaz de o travar.

a Voz do Operário

PROPRIEDADE E EDIÇÃO SIB A Voz do Operário
 Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
 Telefone: 218 862 155. E-mail: jornal@vozoperario.pt
DIRETOR Domingos Lobo
DESIGN E PAGINAÇÃO Ana Ambrósio, Diogo Jorge
FOTOGRAFIA Nuno Agostinho
COLABORADORES André Levy, Bruno Carvalho, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Manuel Figueiredo, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais
REDAÇÃO Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
IMPRESSÃO Empresa Gráfica Funchalense, SA
 Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,
 n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro
N.º DE REGISTO NA ERC 107759
DEPÓSITO LEGAL 6394/84
PERIODICIDADE Mensal
TIRAGEM 3.500 exemplares
ESTATUTO EDITORIAL www.vozoperario.pt



Membro da
 Associação da
 Imprensa
 Não-Diária

Associação
 Portuguesa
 da Imprensa
 Regional



AÇÃO SOCIAL

As relações sociais como motor de um envelhecimento são

Rita Governo

Diretora do Dep. de Ação Social d'A Voz do Operário

A concetualização de um envelhecimento bem-sucedido parte de uma base bastante heterogénea e difícil de resumir que abarca em si fatores genéticos, biológicos, psicológicos, sociais e familiares, económicos, ambientais, dentre tantos outros. Neste complexo contínuo entre saúde e doença, o macrossistema em que vivemos assume um papel crucial, infelizmente pouco justo nos dias de hoje. A perspetiva neoliberal que impera levou-nos a um permanente aumento das desigualdades sociais, provocado por uma desequilibrada distribuição de bens e serviços, desde a saúde à educação, passando, por exemplo, pelas condições habitacionais. Esta é uma questão especialmente relevante tomando em consideração que o bem-estar ao longo da vida é fundamental para a vivência de uma velhice saudável. Se por um lado temos fatores possivelmente desencadeadores de doenças ou limitações que não podem ser alterados, como a idade ou a genética, por outro temos fatores comportamentais, sociais e ambientais que, em interação, regulam o funcionamento mais típico, ou mais atípico, de quem envelhece. O acesso à educação, a disponibilidade de cuidados de saúde primários e a adoção de uma dieta equilibrada são apenas algumas das variáveis que poderão moldar a experiência do envelhecimento de cada um.

O envelhecimento é, assim, uma experiência heterogénea e adaptativa, construída a partir da perceção que cada pessoa tem acerca da sua vida e desta em interação com os outros e o meio ao longo do tempo. Reduzir o sucesso do envelhecimento à ausência de comprometimentos na funcionalidade de cada indivíduo minimiza a importância da sua capacidade de adaptação, deixando igualmente de parte a capacidade de julgamento, as visões e as crenças daquilo que é para cada um o sentimento de bem-estar e qualidade de vida. Com padrões altos ou baixos de capacidades funcionais objetivas, o envolvimento social da pessoa idosa é possivelmente um dos maiores preditivos da velhice bem-sucedida. Manter a autonomia dos indivíduos de modo a que estes mantenham a oportunidade de participação na sociedade deve ser o imperativo daqueles que diariamente trabalham com a camada mais velha da população.

Ao longo da vida é em relação com os outros que nos desenvolvemos e, nesse sentido, o trabalho prático em gerontologia e a investigação científica têm demonstrado uma correlação positiva entre a integração social e diferentes aspetos da saúde, como a longevidade física e o equilíbrio psicológico em idosos. Os benefícios conhecidos são diversos e incluem um melhor funcionamento na realização de atividades básicas e instrumentais da vida diária (por exemplo, a execução da própria higiene ou a confecção de re-



Utentes do Centro de Convívio d'A Voz do Operário, em visita à Casa Fernando Pessoa

feições), melhor mobilidade, melhor função cognitiva, diminuição de sintomas depressivos e diminuição do risco de desenvolvimento de demências. Os resultados conhecidos indicam que a atividade social fomenta maiores benefícios de saúde na velhice do que a própria atividade física, sendo que o segredo tanto para o envolvimento social como para o bem-estar físico parece ser comum – «use ou perca» (Ristau, 2011). Inclusivamente do ponto de vista psicobiológico a atividade social demonstra-se um importante aliado, por exemplo, na diminuição dos efeitos do *stress*, no reforço das nossas redes neurais, da função músculo-esquelética, da função cardiovascular e até mesmo ao nível da resposta imune.

A situação de reforma, a saída de casa dos filhos e a morte de pessoas significativas são situações características das últimas etapas do ciclo de vida que acarretam consigo mudanças nas atividades e ligações sociais, o que pode levar a um sentimento de isolamento e desvalorização. Apesar disso, estes são desafios potenciadores de oportunidades de superação e progresso, assim exista um envolvimento social mobilizador do desenvolvimento pessoal, da melhoria das capacidades e comportamentos da pessoa idosa.

A necessidade do contacto social com os outros acompanha-nos ao longo de todo o nosso desenvolvimento, mediando as interações que estabelecemos com a nossa família, amigos e até desconhecidos. O desenvolvimento de redes sociais, a partilha de in-

teresses e de experiências de vida, bem como o sentimento de pertença e identidade que a participação regular ajuda a criar encontra-se, assim, relacionado com um maior sentimento de bem-estar e satisfação com a vida. A importância da participação social amplifica-se, em particular, quando nos referimos à população idosa mais vulnerável economicamente (a saber, o valor médio mensal de pensões atribuídas em 2016 foi de 320€). A solidão e o isolamento social afetam com maior nitidez aqueles que, devido à falta de recursos financeiros, se encontram mais afastados da participação plena na sociedade. É neste sentido que as atividades sociais formais – como os Centros de Convívio – assumem o papel crucial de promoção de oportunidades iguais entre os diferentes grupos socioeconómicos, atenuando o sentimento de solidão e potenciando o bem-estar daqueles que se encontram mais desprotegidos.

Conseguir um envelhecimento bem-sucedido implica um esforço intencional e coerente, por parte daqueles que direta ou indiretamente intervêm com a camada mais envelhecida, que combata os estereótipos vigentes de fragilidade e improdutividade, valorizando o papel do idoso enquanto um recurso capaz e disponível para contribuir na sua comunidade.

Ristau, S. (2011). People do need people: social interactions boosts brain health in older age. *Generations – Journal of the American Society on Aging*, 35(2), 70-76.

ESCOLAS

Ajuda, uma creche diferente em Monsanto



Cantina da Creche da Ajuda

Há três anos que a Creche d'A Voz do Operário na Ajuda mora entre o Palácio Nacional da Ajuda e o pólo da Universidade Técnica de Lisboa, junto de um bairro com tradições populares. No recreio deste espaço educativo, brincam com essa felicidade que às vezes parece caótica das crianças a quem não falta curiosidade e alegria. Mas o que a muitos pode parecer fruto da espontaneidade da infância tem também a marca do arrojo do modelo de ensino d'A Voz. Olga Silva, coordenadora técnica-pedagógica do espaço, explica que o edifício, estreado em 2016, se enquadra dentro do projeto B.a.Bá da Câmara Municipal de Lisboa. "Geograficamente também faz sentido", afirma explicando que também na Ajuda, ali perto, há um outro espaço educativo d'A Voz com ensino pré-escolar.

Salas heterogéneas

Quando a equipa d'A Voz do Operário chegou à Ajuda, decidiu operar uma revolução colocando em prática ideias pensadas já há algum tempo. Atualmente, este espaço educativo tem 75 crianças divididas entre duas salas de berçário e quatro salas heterogéneas de um e

dois anos. A decisão de não separar as crianças de um e dois anos em salas por idades corporizou a vontade de organizar as meninas e os meninos com a diversidade que tem o mundo exterior. "Nós não queremos que a vida na escola seja diferente da vida fora da escola. Lá fora, as pessoas não se organizam por idades. Organizam-se por pólos de interesses, outras afinidades e necessidades. Nós não trabalhamos planeando as atividades para uma idade. Quando planeamos, planeamos para um grupo de crianças e defendemos que as crianças, mesmo que nasçam no mesmo ano, isso não faz delas iguais e a precisar das mesmas coisas". Quando decidiram implantar o novo modelo de organização da creche, conversaram com profissionais que já tinham trabalhado com grupos heterogéneos. Olga Silva conta que falaram com os pais sobre o desafio com o compromisso de se avaliar de forma permanente a mudança. "Podia haver pais com receio de deixar os filhos mais pequenos com os mais velhos ou de que os mais velhos pudessem regredir com os mais pequenos. Era preciso fundamentar muito bem para que fosse tranquilo. A coordenadora técnica-pedagógica relata que, pouco tempo depois, o número

de aquisições feitas pelas crianças sem intervenção de adultos era algo que "disparava" de uma forma que não imaginaram que fosse possível. "Os pais sentiram isso igualmente. Hoje em dia, muito poucos pais colocam as questões que colocavam inicialmente. A maior parte das pessoas defende isto como uma coisa boa". Dá vários exemplos. "Ter um grupo de um ano que está mais ou menos com o mesmo nível de autonomia a almoçar à mesma hora é diferente de ter um grupo heterogéneo com miúdos com diferente autonomia. Isso dá-nos disponibilidade para estar com quem mais precisa de ti e, simultaneamente, há a entretajuda e vemos as crianças mais velhas a ajudar os mais novos. É muito bom quando numa sala os mais velhos têm um cuidado reforçado com os mais pequeninos do grupo e conseguem desculpar uma série de coisas com esta idade. Eles ganham muito com isto. Se estivermos a pintar qualquer coisa no chão, com cuidado para não estragar, e se vier uma criança mais pequena que ainda não anda, se vier por cima daquilo e amarranhar tudo, a reação deles é diferente do que se for um da idade deles ou um mais crescido. Eles desculpam-nos porque são mais pequenos. Às vezes, damos pelos mais velhos a meter a chucha nos mais novos porque estão a chorar ou a aconchegá-los. Eles ganham muito com isto". Recorda que algumas escolas são os únicos sítios iluminados que decidem dividir as pessoas por idades porque entendem ser assim mais fácil pensar que as crianças que nasceram no mesmo ano são todas iguais e que têm as mesmas necessidades. Olga Silva descreve também que há muitos meninos que têm contato pela primeira vez com determinadas realidades neste espaço. "Há miúdos que a primeira vez que pintaram foi connosco, a primeira vez que exploraram determinados materiais foi connosco. Tentamos que não seja algo forçado, que tenham vontade e curiosidade. Criamos estratégias para que eles queiram de livre vontade fazer parte das atividades". Outra das preocupações dos funcionários da creche são os adultos. "Precisamos que se sintam confortáveis. Que sintam que fazem parte do processo educativo. Tentamos adaptar-nos aos horários de cada família".

**Creche d'A Voz do Operário
na Ajuda**
Berçário e creche

Alunos: 75

Funcionários: 17

Rua Armando de Lucena, 1, 1300 - 070 Lisboa

Horário de funcionamento: 08h00 às 19h00

Telefone: +351 210 150 718

E-mail: escolaajuda@vozoperario.pt

ENSINO SUPERIOR



30% dos alunos em Lisboa são deslocados, mas só 9,2% têm residência universitária

As dificuldades de quem estuda no ensino superior

Da Constituição da República Portuguesa emana o artigo que impõe ao Estado a obrigatoriedade de estabelecer progressivamente a gratuitidade de todos os graus de ensino. Desde que o executivo liderado por Cavaco Silva anunciou a intenção de aumentar o valor das propinas, em 1991, que nenhum governo tem respeitado o caráter democrático do acesso ao ensino superior plasmado na Constituição. Os estudantes e, na maioria dos casos, as famílias debatem-se anualmente com extremas dificuldades para pagar o preço de um curso nas universidades e politécnicos. A explosão dos valores no mercado de arrendamento vieram agravar ainda mais a situação.

Bruno Amaral de Carvalho

Em 1991, o barreirense Arlindo Santos optou pelo curso de Tecnologia e Comunicação Audiovisual do Instituto Politécnico do Porto (IPP) e trocou a Margem Sul pela cidade invicta. Quando chegou à escola, pediram-lhe 75 mil escudos de propinas. Foi nesse ano que o primeiro-ministro Cavaco Silva ganhou novamente as eleições com maioria absoluta com Diamantino Durão a liderar o Ministério da Educação. Apesar de ser filho de um operário da Lisnave em processo forçado de pré-reforma e de uma

doméstica, nunca teve direito à bolsa. “Os serviços sociais do IPP achavam-me pouco miserável e estive inscrito na única, pequena e pobre residência de estudantes. Nunca fui chamado”, recorda à *A Voz do Operário*. Começou por ficar num quarto alugado e, depois, juntou-se a dois colegas deslocados da Madeira e de Almada num apartamento. Ao fim de um ano de luta estudantil, o ministro e as propinas caíram.

Hoje, Arlindo Santos continua no norte do país. Fixou-se em Gaia, onde vive, mas trabalha no Auditório da Biblioteca Municipal Almeida Garrett, no Porto. Este ano, a filha cumpriu 18 anos e esco-

lheu o curso de Antropologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) em Lisboa. O que é motivo de orgulho não deixa de ser motivo de preocupação. Como milhares de pais, teve de fazer contas à vida e apertar os cordões à bolsa porque quase duas décadas depois as propinas passaram a valer 1068 euros anuais. É este o valor que Rita Alvão paga por ano. Hoje, vive na casa do avô, no Barreiro, a mesma que o pai abandonou em 1991. “Se não fosse assim seria complicado estudar em Lisboa”, explica. Tem estado a ver apartamentos mas o valor dos alugueres são incomportáveis. Os próprios quartos nas residên-

cias custam 350 euros, demasiado para o bolso de Rita, que acusa o Estado de não oferecer um ensino público, gratuito e de qualidade, e recorda amigos do Porto que foram obrigados a abandonar o ensino superior por falta de dinheiro.

Também a estudar, Francisca Governo, de Torres Novas, depara-se com as mesmas dificuldades. Estudante do 1.º ano de Engenharia Química no Instituto Superior Técnico (IST) paga 225 euros por um quarto em Lisboa. A própria reconhece que é um “achado” e que de outra forma teria grandes dificuldades de prosseguir os estudos. Outros amigos pagam entre 350 e 450 euros e houve quem não

colocasse Lisboa na candidatura ao ensino superior por isso mesmo. “Tenho uma amiga que estava em arquitetura e teve de desistir de estudar”, denuncia.

Esta é uma realidade que atinge grande parte dos estudantes universitários. De acordo com o *Jornal de Notícias*, arrendar um quarto já chega a custar mais de 500 euros em Lisboa e no Porto. Em cada ano, há cerca de 200.000 estudantes, dos quais 43.000 estrangeiros, a procurar alojamento para o período letivo. A este propósito, o deputado comunista Jorge Machado afirmava na semana passada à *Agência Lusa* que qualquer ganho conseguido através da redução das propinas, no âmbito do Orçamento do Estado para 2019, “está comprometido com os preços galopantes que são praticados na habitação, nomeadamente no Porto e em Lisboa, onde rapidamente se chegam a valores muito elevados e onde não há mecanismos de controle”.

A mãe de Francisca Governo, Ana Cristina Lopes, admite que teve de fazer muitas contas. “Mesmo muitas contas”, insiste, “mas tinha de ser. Ela é tão boa aluna”. Apesar de ser viúva, a filha não teve acesso à bolsa. “Eles só contam com o ilíquido. Por uma pequena margem não teve acesso ao apoio porque o limite é muito apertado”. A professora de Educação Especial há mais de 33 anos em Torres Novas diz que abdicou das férias e que guardou o reembolso do IRS para pagar as propinas. “As contas vão-se fazendo e há muita gente que não consegue”. Como tantos outros, sabe de dois jovens que tiveram de regressar de Lisboa porque não tinham condições de pagar os estudos e o alojamento. “Que pais é que conseguem pagar cursos com salários de 600 e 700 euros?”, questiona. “Ando sempre ansiosa...se consigo, se não consigo...imagino com salários piores”. Na sua opinião há uma estratégia deliberada para condicionar a entrada de alunos no ensino superior.

Ainda mais distante de casa do que Francisca Governo, a madeirense Filipa Silva teve muitas dificuldades em encontrar alojamento acessível. Estudante do 2.º ano de História na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa paga a propina máxima e 250 euros por um quarto. Estava à procura de casa com uma amiga, também da Madeira, quando a tia da colega se lembrou de um amigo que não usava o apartamento onde agora vivem. “Os preços de alojamento em Lisboa estão muito elevados para a oferta que existe. Quartos muito caros para a condição em que estão. Há pessoas que já não vão estudar para o curso ou universidade que querem porque não têm possibilidades de acartar com os custos que a deslocação acarreta”, afirma Filipa Silva. Sobre as soluções é peremptória: “Acho que neste momento é urgente acabar com as propinas, investir mais nas condições das faculdades e



Desde a imposição das propinas, em 1992, que os estudantes têm vindo a exigir o seu fim

aumentar o número de residências universitárias”.

De acordo com os dados do relatório Eurydice sobre os gastos com licenciaturas e mestrados divulgado em 2015, os estudantes portugueses faziam parte de um grupo alargado de países onde todos os alunos do ensino superior pagam propinas e taxas de frequência, mas destacavam-se por integrarem um grupo mais restrito de nove países nos quais o que se paga anualmente para frequentar o ensino superior varia entre os 1.001 euros e os 5.000 euros.

Nem sempre foi assim

Um ano depois de Arlindo Santos começar a estudar no Porto e de se estrear na luta contra as propinas, Irene Sá entrou em Design de Comunicação na Escola Superior de Belas-Artes em Lisboa. Dos 1200 escudos (seis euros) que então se pagava para estudar no ensino superior, o governo liderado por Cavaco Silva anunciou o aumento das propinas. No rescaldo da luta contra as Provas Gerais de Acesso (PGA), a decisão governamental incendiou o movimento estudantil. Nessa legislatura, houve três ministros

da Educação. Diamantino Durão, Couto dos Santos e Manuela Ferreira Leite. O primeiro anunciou a indexação das propinas ao escalão do IRS dos agregados familiares em valores que começavam em 250 euros num tempo em que o salário mínimo não ultrapassava os 220 euros. “Quando aplicaram a primeira propina já houve gente a desistir”, recorda Irene Sá. Manifestações, paralisações e boicotes às reuniões dos senados onde deveriam ser fixadas as propinas deram força à luta com o Presidente da República de então, Mário Soares, a enviar a lei para o Tribunal Constitucional (TC) que se pronuncia mais tarde a chumbar apenas a possibilidade de as propinas aumentarem para além dos 25 por cento do custo por aluno. Nos vaivém das decisões do executivo com avanços e recuos pelo peso político dos protestos, Pedro Galego, estudante de Engenharia Química no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL), fortemente envolvido na luta estudantil ora desistia da inscrição, ora boicotava o pagamento das propinas. Sem pais que lhe pudessem pagar os estudos, não conseguia frequentar o ensino superior se o governo PSD ganhasse a batalha, conta à *A Voz do Operário*. Milhares de estudan-

tes de todo o país declararam guerra às propinas. Os próprios reitores criticaram e atrasaram a fixação dos preços. Durante o ano letivo de 1992/1993 não houve forma de aplicar as novas regras. A 24 de novembro de 1993, a polícia carrega violentamente sobre uma manifestação em frente à Assembleia da República e o governo sofre duras críticas. O ministro da Educação é demitido e Manuela Ferreira Leite assume a pasta. Em 1994, no 20.º aniversário da revolução de Abril, Mário Soares decide amnistiar todos os que haviam boicotado o pagamento às propinas, conta Irene Sá. Depois das eleições legislativas de 1995 que derrotaram o PSD, a Assembleia da República aprovou um diploma suspendendo a vigência das leis 20/92 e 5/94. Ou seja, repôs-se o regime em vigor em 1941, e confirmado em 1973, e os estudantes voltaram a pagar 1200 escudos anuais pela frequência dos seus cursos de ensino superior. Depois, o PS, liderado por António Guterres, que havia feito a campanha eleitoral afirmando que tinha paixão pela educação acabou por fixar as propinas no salário mínimo e o governo seguinte, conduzido por Durão Barroso, do PSD, acabou por abrir as portas aos atuais valores.

GREGÓRIO DUVIVIER

Sob a ameaça do fascismo

Tinha dois anos quando a ditadura acabou no Brasil. Filho do saxofonista e artista plástico Edgar Duvivier e da cantora Olivia Byington, ganhou protagonismo como humorista no programa Porta dos Fundos. Para além de ter participado em dezenas de filmes e peças de teatro, publicou poesia e conduz um talk show no canal HBO Brasil. Com o maior país da América Latina imerso na grande tempestade política do último quarto de século, Gregório Duvivier analisa o passado e o presente de uma realidade sob a ameaça do fascismo.



Gregório Duvivier apoiou publicamente a candidatura de Haddad e Manuela D'Ávila

Bruno Amaral de Carvalho
Rita Morais

Como é possível o Brasil estar à beira de eleger um candidato fascista 33 anos depois do fim da ditadura? Quais as razões?

Muita gente estava morrendo de saudade de um fascista. O que não significa que sejam fascistas, mas que não sabem lidar com a democracia. Compreendo-os. O Brasil nunca passou tanto tempo num período democrático quanto nos últimos 33 anos. O fascismo, na nossa história, não é a exceção mas a regra. A democracia demanda um esforço muito grande da população. É necessário um estado constante de vigília. Dá preguiça. Imagina que delícia ter alguém que te diz o que pode pensar e dizer. É um alento.

Em 2015, numa crónica escrevia que “bradar contra a corrupção é a forma mais rápida de se eleger no país”. Como é que esta narrativa se inscreveu tanto na avaliação política dos brasileiros? Mesmo depois de casos como o de Collor de Mello, que se fez eleger com essa bandeira e acabou com o primeiro impeachment da América Latina, dois anos depois (1992)?

Não aprendemos com nossos erros. Somos o país do futuro, o que significa que estamos pouco nos lixando do passado. “Quem vive de passado é museu”, diz o dito popular. Nossos museus, enquanto isso, pegam fogo. Se olhássemos um pouco mais p’ra trás, e para o lado, para os países vizinhos, veríamos que todo fascista chega ao poder com um discurso higienista anticorrupção. A corrupção é um alvo fácil porque ninguém se diz corrupto,

então é um discurso vazio, que não precisa se comprometer com nenhuma mudança real.

Por baixo da camada reacionária dos eleitores de Bolsonaro há um subtexto que parece ser bastante mais decisivo do que cada um dos ataques reacionários ou mesmo a soma deles: a ideia de que estão fartos. Este vago enunciado de uma disponibilidade para uma ruptura profunda tinha, no contexto brasileiro, forma de ser potencializado de outra forma?

Tinha! A extrema-direita foi quem melhor incorporou a vontade de mudança — mas a verdade é que a indignação, no início, não era de direita. Quando milhões foram às ruas em 2013, as principais pautas eram o preço do transporte público (muitos pediam tarifa zero, isto

é, transporte gratuito) e as críticas aos grandes eventos (copa e olimpíadas). O PT estava no poder e não soube ouvir as críticas, nem usá-las para fazer grandes reformas. As manifestações, que não eram anti-PT, passaram a ser. A direita ocupou o vácuo de representação.

Dedicou um episódio recente do Greg News aos apoiantes de Bolsonaro. Parte substancial da campanha fez-se pela negação deste candidato, estratégia que teve o apogeu com a massificação do movimento #elenão. Terá faltado, conseqüentemente, a afirmação de um projeto político alternativo ao Bolsonaro? Não se corre o risco de deixar parte do eleitorado com a sensação de não ter resposta política ou uma saída?

Concordo. Um dos erros da esquerda nessa eleição foi ter sido sequestrada pela negação do projeto de Bolsonaro. Da minha parte, faço um programa de humor. Não me cabia outra coisa. Não existe humor “a favor”, ou propositivo. Da parte da esquerda, faltou imaginação. Tudo o que propuseram foi a volta ao Lulismo que é uma pauta, à sua maneira, reacionária. “O Brasil feliz de novo”, diz o slogan do PT. Será que não conseguimos imaginar uma forma nova de felicidade que não passe pela reencenação do lulismo? Deveríamos. Lula foi, sem dúvida, um ótimo presidente. Sua prisão arbitrária não se deu por qualquer escândalo de corrupção, já que nada sequer foi provado, mas p’ra tirá-lo do jogo político. Disso não há dúvidas. Ainda assim, nos últimos trinta anos, a esquerda não conseguiu propor nenhuma liderança que não gravitasse em torno da sua figura. Talvez a direita precise chegar ao poder p’ra que surja uma liderança não comprometida com a continuidade ou com o reacionarismo, mas com a tal vontade de mudança que a direita soube vocalizar e transformar em voto.

Numa das suas últimas entrevistas, disse que o Brasil não tem o mesmo apego à democracia que Portugal. Por que disse isso?

A ditadura militar no Brasil tinha muita aprovação popular, e tem até hoje. Acredito que tenha ver com o famoso “complexo de vira-latas”. A democracia, p’ra muitos, é uma coisa pra “povos civilizados”. Já cansei de ouvir nas ruas: “o brasileiro não sabe votar”. Nossa auto-estima é tão baixa que não merecemos nem escolher quem nos governa.

Cá, durante o período revolucionário que derrubou o fascismo, uma parte importante das figuras da ditadura que dirigiam as diferentes estruturas do Estado foram retirados. No Brasil, essas estruturas ficaram intactas?

Ficaram. Saíram os generais, somente. Mas os “caciques” seguiram no poder. Maluf, Sarney, ACM, Collor. Todos eram da Arena, o partido da ditadura. Nossa democratização foi capitaneada pelos ditadores. Da mesma forma que a nossa independência foi declarada pelo colonizador. Conhece algum outro país que tenha deixado de ser colônia mas não tenha trocado de monarca?

Os torturadores e assassinos do regime não foram castigados?

Jamais. Me referia aos grandes caciques, mas o mesmo vale para os pequenos. Nenhum torturador jamais foi preso, ou sequer julgado. O Coronel Brilhante Ustra espancava mulheres grávidas, enfiava animais vivos dentro do corpo de mulheres e levava filhos para verem a

mãe ser torturada. Ustra morreu em liberdade, aos 83, gozando de plena aposentadoria e idolatrado por muita gente - inclusive Bolsonaro, que lhe dedicou o voto pelo *impeachment* da Dilma. Ou seja, os torturadores não foram apenas perdoados, foram celebrados.

Há o perigo de as forças armadas darem um golpe se a situação se tornar ingovernável?

Sim. Esse perigo no Brasil é iminente. Não terá sido a primeira vez. Bolsonaro trabalha com o medo da população. Medo do PT, medo da Venezuela, medo da educação sexual. Uma população apavorada aceita qualquer coisa. Um golpe militar p’ra “evitar que o Brasil vire uma Venezuela” seria aplaudido por grande parte da população.

As duas partes que se confrontaram na lição eleitoral têm visões muito distintas sobre as governações de Lula da Silva e Dilma Rousseff. A candidatura de Bolsonaro dizia que foi o pior período da história do Brasil, a candidatura de Haddad afirmava que foi o melhor período. Como analisa esses anos?

O país cresceu. Erradicou a fome. Levou luz elétrica a todos os municípios. Diminuiu drasticamente a mortalidade infantil. Democratizou o acesso à universidade. Fez o básico, que até então ninguém tinha se preocupado em fazer. E sem nenhuma ameaça às instituições. Pagou a dívida do FMI e se transformou em credor. Foi capitalista até demais — pra mim. Todos enriqueceram, mas sobretudo os bancos e as empreiteiras. Cometeu um erro crasso do ponto de vista político: se deixou investigar. Deu liberdade para a polícia federal e para a procuradoria — até então um braço do governo. Logo houve mais investigação. E com ela, mais aparência de corrupção. A corrupção, no entanto, foi a mesma dos anos anteriores, o que é muito. Todos os esquemas da Petrobrás antecediam ao Lula e Dilma — e continuariam depois deles. Não houve qualquer ruptura — assim como não haverá com Bolsonaro. O que houve foi uma diminuição brutal da miséria. E isso, pra muita gente, é imperdoável.

Como é que se reconcilia o país depois de um embate destes, onde há uma sensação clara de que a opção política se materializa no imediato na vida de tantas pessoas. Concretizando: como é que o gay, o negro, o favelado, a mulher se vai pacificar com o familiar, amigo, colega, que votou em Bolsonaro? Como é que se regenera um sentimento de coletivo em que todos se sintam seguros e respeitados?

Difícil dizer. Não faço idéia. O país está rachado. Não sei como reatar. Mas tenho a impressão de que o abismo, hoje, é intransponível. Talvez uma grande tragédia possa voltar a nos unir.

Como é que se justifica a posição “neutral” de parte da direita brasileira na campanha para a segunda volta?

Acreditavam numa frente democrática que até hoje não aconteceu. A verdade é que ficou claro que não existem muitos comprometidos com a democracia. Muitos pensam já nas eleições de 2022. Nesse sentido, um governo Bolsonaro parece ideal pra eles. O país terá naufragado, e eles voltam com tudo em 2022. Mas esquecem que o meio-ambiente não pode perder quatro anos. O homossexual da periferia que vai morrer nas mãos da

milícia, o trabalhador sem terra que vai morrer assassinado por um ruralista, o ativista ambiental assassinado por um grileiro, eles estão cagando pra 2022. O Brasil não tem quatro anos pra jogar fora.

Tinha um ano quando a ditadura acabou e cresceu no meio de artistas destacados da cultura brasileira. Se se pode dizer que a resistência dos artistas à ditadura foi importante, o que se pode dizer do seu papel hoje no momento que vive o Brasil?

Uma característica do bolsonarismo é o desprezo pelos artistas. Já não adianta nada uma música do Caetano ou do Chico. Para os bolsonaristas, artistas “mamam nas tetas do governo”, e por isso se posicionam contra Bolsonaro: porque não querem perder a mamata. Daí não ouvem nenhum artista de esquerda, o que só lhes sobra o ator porno Alexandre Frota e umas duas bandas sofríveis de rock. A direita já ouviu coisa melhor.

O seu universo literário tem uma presença assídua da ideia da cidade (Rio de Janeiro) como espaço íntimo, quase redentor, que leva à alegria (“difícil ser feliz nas festas de Santa Teresa (...) há lugares em que você acha que não vai ser feliz mais vai”). O actual contexto muda a sua relação com esta ideia? E repercute-se no seu trabalho literário?

O atual contexto coloca a cidade como espaço hostil. Já não se pode ir em todos os bairros. A cor vermelha na vestimenta já coloca em risco a integridade do seu corpo. Amigos homossexuais não podem se beijar em determinados espaços públicos. Alguns apanham, outros desaparecem. Isso repercute em tudo que escrevo, claro. Difícil fazer humor, no entanto. Mas vamos continuar tentando.

Há no seu trabalho um claro pendor reflexivo, mesmo para além da atualidade e realidade imediata. No humor, no teatro, na poesia, na crónica (mais naturalmente). O ensaio é um destino natural?

Sim, tenho a impressão de que tanto o riso quanto a poesia servem muito bem a fazer pensar algo que não nos ensinaram. Ambos tem um inimigo em comum, que é o medo. Estão no diâmetro oposto da obediência.

Disse recentemente que falta graça aos candidatos da esquerda e, simultaneamente, que muita gente se ri das tiradas mais reacionárias de Bolsonaro. O humor não é eficaz contra o fascismo?

É eficaz tanto contra quanto a favor. Bolsonaro usa o humor muito bem. Trump também. Não acho que todo humor seja revolucionário. Mussolini, Hitler, todos tinham uma ponta de bufão, de lelé, ou, como vocês dizem, de totó. Não batiam bem, e tinham um pé no *clownesco*. Por isso, acho tão importante o humor contra essas figuras. Não se combate um bufão com uma tese de doutorado. Aquele que o desafiar para um concurso de cultura parecerá arrogante. Só se derruba um bufão com um outro palhaço. P’ra isso, a esquerda precisa retomar o humor. A direita sabe bem ser ridícula. Enquanto isso, a esquerda se especializou em ser insuportável - em dizer o que pode vestir, o que pode comer, os termos que pode usar. Sem humor, não sairá jamais dos círculos acadêmicos.

ENCONTRO PELA PAZ



Mais de 700 pessoas marcaram presença no Pavilhão Paz e Amizade, em Loures

Mais de 700 contra a guerra

Foram mais de 700 os participantes que de diferentes pontos do país se juntaram no Pavilhão Paz e Amizade, em Loures, no dia 20 de outubro, no Encontro pela Paz promovido por dezenas de organizações e entidades, entre as quais A Voz do Operário. Nesta jornada, estiveram em debate assuntos agrupados em três temas e sessões: “Paz e Desarmamento”, “Cultura e Educação para a Paz” e “Solidariedade e Cooperação”. Além dos dirigentes e ativistas das organizações envolvidas, participaram no encontro sindicalistas, autarcas, padres, militares, professores, jornalistas, investigadores, juristas e estudantes. O Encontro pela

Paz foi aberto pelos presidentes da Câmara Municipal de Loures e da direção do Conselho Português para a Paz e Cooperação, Bernardino Soares e Ilda Figueiredo, e foi encerrado por Solange Pereira, presidente da Juventude Operária Católica, que leu o “Apelo à Defesa da Paz” e por Gonçalo Caroço, vereador da Câmara Municipal de Loures. O documento saúda todos quantos promoveram a iniciativa e deram o seu contributo para “alargar a convergência de vontades e a acção em defesa da paz”, enquanto “condição indispensável para a liberdade, a soberania, a democracia, o progresso social e o bem-estar dos povos”.

IDOSOS

9.º Congresso do MURPI

A Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI) realiza no próximo dia 25, no Fórum Lisboa, o seu 9.º Congresso sob o lema “MURPI, Força de Abril/Envelhecer com Direitos”. Foi há 40 anos que esta organização surgiu dando voz às reivindicações de uma camada da população até então silenciada. Desde a sua fundação, em 1978, o MURPI tem sido protagonista de muitas lutas pelos direitos dos reformados, pensionistas e idosos. Durante o encontro, os participantes vão fazer o balanço do trabalho da organização desde 2015, eleger os órgãos sociais e aprovar o programa de ação para os próximos três anos.



... muito breve discurso sobre a importância da água

Os sábios que estudam o nosso corpo dizem que somos constituídos por 70% de água; os geólogos que estudam a terra dizem que a quantidade de água que nela existe é a mesma desde sempre e os que

estudam a sobrevivência humana dizem que mais depressa se morre de sede que de fome...

Não admira por isso que em todas as línguas e talvez no português, mais que em qualquer outra, a palavra e os seus apostos estejam tão presentes:

Água-forte, aguarela, água pura, acidulada, água lenta, salobra, de rosas, águas vivas ou mortas, termais, água-pé e aguarrás (que antigamente, juntamente com a resina e o pês era riqueza que os pinheiros adultos davam às populações do interior antes das celuloses os matarem adolescentes para, juntamente com os eucaliptos, os espalmarem em papel).

Do léxico se passa ao conceito através de sábios provérbios que exprimem juízos e regras de conduta:

Água pela barba – situação repleta de dificuldades; águas passadas não movem moinhos – o que passou e não interessa evocar; água o deu água o levou – dinheiro fácil de ganhar e investimentos desastrosos; negócio de águas turvas – situação com laivos de desonestidade; águas de bacalhau – sem o resultado esperado; levar a água ao seu moinho – promover os seus interesses; muitas águas passarão sob as pontes – acontecimento que perdurará por muito tempo; ir tudo por água abaixo – fracasso...

É nos campos que o confronto entre a água e a secura se apresenta mais dramático – nas chuvadas,

nas cheias, nas secas, nos fogos e mais determinante na ocupação do solo e no que se cultiva.

Nas cidades, que são ambientes artificiais, o problema ganha outras características:

A água da chuva cai sobre as águas dos telhados onde muitas vezes há águas furtadas; a água que sai das torneiras é água potável e as águas que saem pelos esgotos são águas negras que vão para as estações de tratamento de águas residuais (ETAR's) e só depois é que são lançadas nos cursos de água e aí as pessoas já se podem banhar.

Ainda há duas ou três gerações eram os galegos imigrantes que, de barris às costas, levavam a água a casa das pessoas e se gabavam de fazer um bom negócio porque diziam “...a água é deles e a gente vende-lha”. Seria verdade, mas em contrapartida esclareça-se que era sua obrigação, em caso de fogo, abastecer as bombas com que os bombeiros lançavam água sobre os prédios a arder.

Tudo isto vem a propósito de um acontecimento distante que chocou todo o Mundo e em especial os portugueses falantes: numa cidade moderna um museu ardeu, de alto a baixo, com tudo o que tinha lá dentro, séculos de história e tudo isso porque faltou a água nas bocas de incêndio.

Francisco da Silva Dias

Transportes públicos



Com a verdade me enganas

No passado dia 10 de outubro, foi anunciado com pompa e circunstância que o Governo tinha aprovado um investimento de 168,2 milhões de euros para aquisição de material circulante para a CP, correspondendo à aquisição de 22 comboios regionais.

Qualquer cidadão menos familiarizado com as questões ferroviárias terá sido induzido a pensar que estaria dado o pontapé de saída para a resolução dos problemas com as circulações, sejam as supressões, as reduções na oferta e as más condições de conforto e até de segurança.

Quem assim pensou, desengane-se.

As aquisições são para o serviço regional, não para o chamado urbano, isto é, o que circula nas linhas de Cascais, Sintra ou Azambuja.

Não se pense sequer que o serviço regional vai ficar bem servido.

A frota atual afeta àquele serviço é composta por 103 unidades, terminando a vida útil de 19 em 2020, 7 em 2021 e 20 são “sucata” alugada aos espanhóis. Sobram 57 quando chegarem as 22 novas, logo o panorama não é brilhante.

Voltando à zona de Lisboa, o que resulta desta aquisição é a continuação da degradação dos serviços prestados, pois para esse serviço não está decidida nenhuma compra.

A degradação a que chegou o parque exige muito mais investimento do que anunciado.

O material que serve a linha de Cascais é o mais degradado e a necessidade da sua substituição é de há muitos anos.

As automotoras que fazem o serviço da linha de Sintra dentro de alguns anos estão a atingir o fim de vida e como comboios não se compram no supermercado, ou são feitas as encomendas a curto prazo ou os problemas agravar-se-ão.

A realidade é que desde que a Sorefame acabou nunca mais houve aquisições de comboios.

Mas a indisponibilidade do material circulante para o serviço, como é reconhecido pelo presidente da CP, detentora do capital da EMEF, empresa que faz a manutenção e reparação dos comboios, a falta de pessoal e de materiais são outros dos problemas, ou seja, conhece o problema mas não o resolve.

Esta ação propagandística é o exemplo acabado de como não faltando à verdade se engana muita gente...pelo menos por algum tempo.

Rego Mendes

MULHERES



X Congresso do MDM no Fórum Municipal Luísa Todi, em Setúbal

A luta das mulheres não é neutra!

Sandra Benfica, MDM

O Fórum Municipal Luísa Todi mal chegou para acolher a massiva adesão (700 pessoas segundo a organização) ao X Congresso do Movimento Democrático de Mulheres (MDM), que se realizou em Setúbal no dia 27 de Outubro sob o lema: «Igualdade na vida. O combate do nosso tempo».

As mais de 350 Congressistas, vindas de todos os cantos do País, bem como aderentes do MDM e mais de uma centena de convidadas em representação de organizações portuguesas e de movimentos sociais parceiros, discutiram os problemas mais urgentes da vida das mulheres, enquanto mulheres, trabalhadoras e mães.

Do plano internacional, destaca-se a presença da presidente da Federação Democrática Internacional de Mulheres, Lorena Peña, deputada e ex-presidente da Assembleia Legislativa da República de El Salvador, e de organizações de mulheres de Angola, Cabo-Verde, Guiné, Chipre e Espanha.

Partindo da realidade concreta das mulheres, a resolução aprovada e o conjunto das intervenções proferidas abordam temas tão diversos como a situação internacional e a resistência e a luta das mulheres no mundo; a situação nacional e as perspetivas de ação das mulheres, a valorização das lutas das mulheres pelo trabalho com direitos, como condição de igualdade e desenvolvimento do País; a defesa dos serviços públicos e das funções sociais do Estado; a luta pela defesa da Lei da IVG e a saúde sexual e reprodutiva das mulheres; a valorização do papel e do contributo social das mulheres idosas; a luta contra a legalização da prostituição; a participação social e política das mulheres; as problemáticas da pobreza, da mobilidade, da interioridade e do desenvolvimento local, da orientação sexual, da natalidade, maternidade e famílias, da ecologia e ambiente; a cultura e os problemas específicos das mulheres e a valorização das mulheres como transmissoras do Património Cultural; a urgência da alteração das mentalidades e do uso da imagem das mulheres na comunicação social e na publicidade; o combate à multiplicidade de violências sobre as mulheres, entre muitas outras.

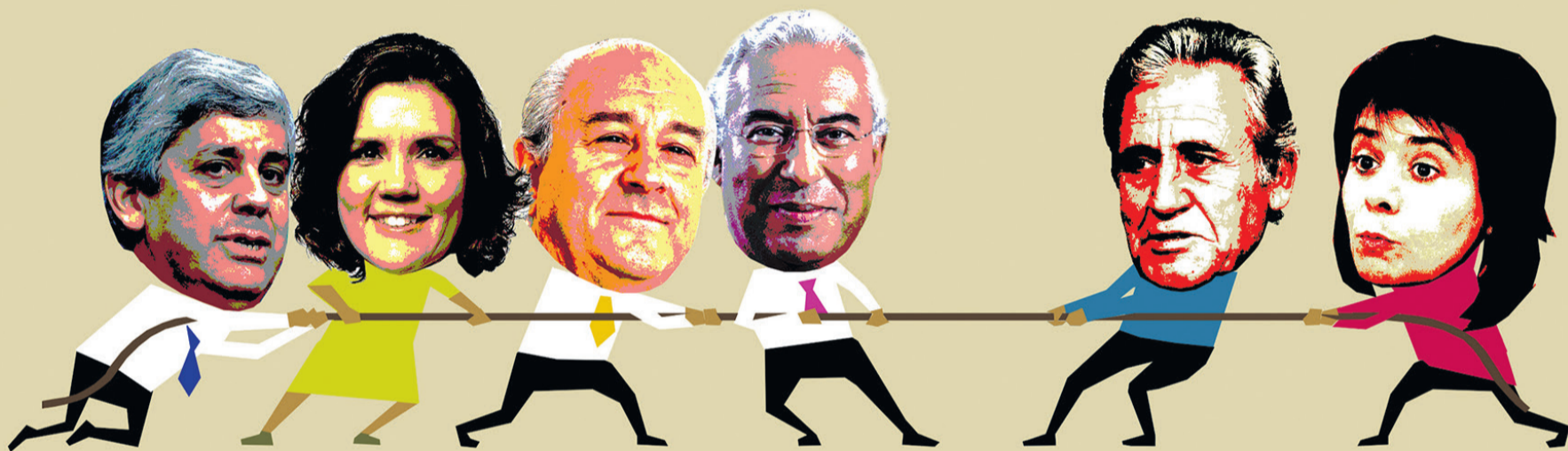
A solidariedade com as mulheres do mundo e a exigência da paz estiveram fortemente presentes comprometendo-se o Movimento a continuar a desenvolver e reforçar ações de solidariedade com as mulheres de todo o mundo contra a guerra e pela Paz, e exigir ao Governo Português, no respeito pela Constituição da República Portuguesa, que assumira uma posição clara em cumprimento do direito internacional, contra as guerras militares, económicas e de ingerência sobre a soberania dos povos, contribuia para a autodeterminação dos povos do Sahara Ocidental e da Palestina, ratificando os tratados das Nações Unidas pelo desarmamento e pela Paz.

O Congresso exigiu uma verdadeira política de igualdade alicerçada na justiça social e no desenvolvimento do País, que combata e elimine as desigualdades, as discriminações e as violências que persistem no quotidiano das mulheres. Para o MDM o combate pela igualdade na vida representa garantir às mulheres o exercício de todos os direitos económicos, sociais, políticos e culturais, cuja realização será uma ilusão se não estiver inserida numa dinâmica de progresso ou se o seu exercício por todos for limitado.

O X Congresso confirmou o MDM como um movimento com a força da vida, indispensável e insubstituível, carácter que provém da sua origem e do património de 50 anos de ação e luta, capaz de avaliar a situação concreta das mulheres, identificar a natureza dos seus problemas, formular as suas reivindicações e definir as formas de ação e de lutas pela defesa dos direitos das mulheres, tornando visível e valorizando o seu importante papel em diferentes domínios da vida. O Novo Conselho Nacional que dirigirá a ação do Movimento nos próximos 4 anos, conta como um total de 120 mulheres de 17 distritos do continente e das duas Regiões Autónomas, confirmando o carácter nacional do MDM. Das linhas de ação aprovadas destaca-se desde já a preparação das comemorações do Dia Internacional da Mulher do próximo ano que se realiza em todo o país, e culminarão com a realização em Lisboa, no dia 9 de Março, da Manifestação Nacional de Mulheres, que será de afirmação da unidade das mulheres na defesa dos seus direitos.

OE 2019

Esquerda conquista avanços mas PS marca passo



850 milhões para capitalizar Novo Banco

>

PS diz que só tem **50 milhões** para aumentar salários

1692 milhões em PPP

>

Propinas equivalem a **330 milhões**

Outubro e novembro parecem, inevitavelmente, condenados a ser meses de luta. Desde que, em 1976, Mário Soares tomou posse como primeiro-ministro do I Governo Constitucional, dando início a uma inversão nas políticas económicas tomadas até então pelos governos provisórios, liderados sobretudo por Vasco Gonçalves, que, ano após ano, se enchem as ruas e avenidas do país de protestos marcando as fases de discussão e votação dos Orçamentos do Estado (OE). No arranque para o fim da legislatura, a maioria dos deputados à Assembleia da República (AR) acaba de aprovar na generalidade o quarto e último OE apresentado pelo governo ao país em meados de outubro. Têm sido três anos marcados pela excecionalidade da atual aritmética parlamentar, com os partidos à esquerda do PS a caucionarem o trajeto do executivo, que começou em 2015 através de entendimentos que obrigaram o partido do governo a ceder direitos aos trabalhadores e à população.

Apesar dos vários acordos assinados com PCP, PEV, PAN e BE, boa parte das medidas políticas apresentadas pelo PS na AR não se distanciaram de um percurso histórico de mais de quatro décadas partilhado com PSD, CDS-PP e as associações empresariais com o beneplácito da União Europeia. As declarações dos diferentes partidos sobre o OE, que vai agora à discussão na especialidade até à votação final marcada para 29 de novembro, atestam aquilo que tem sido a ginástica política numa espécie de jogo da corda entre dois grupos distintos de interesses: grupos económicos e financeiros vs. trabalhadores.

Transportes e PPP

A redução do preço dos passes dos transportes públicos é uma das novidades do OE com o financiamento do Programa de Apoio à Redução Tarifária em 83 milhões de euros. Este valor retirado do Fun-

do Ambiental vai ficar disponível a partir de abril do próximo ano e será destinado, segundo o OE, “num mínimo de 60%, a aplicar à redução dos tarifários aplicados, nomeadamente a redução do preço dos passes, a criação de passes família e a gratuitidade do transporte para menores de 12 anos, devendo a parte remanescente ser destinada à melhoria da oferta e à extensão da rede pública”. Quem morar nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto vai beneficiar de descontos nos passes sociais. As famílias pagarão no máximo dois passes e eles vão custar no máximo 30 euros para circulação dentro da cidade e 40 entre concelhos. À boa notícia falta, contudo, investimento adequado em mais e melhor transporte público que já não cobre as necessidades dos utentes e muito menos vai cobrir um previsível e saudável aumento de procura.

Já as **20 parcerias público-privadas (PPP)** do **setor rodoviário** vão custar **mais de 2078 milhões**

de euros em 2019, de acordo com o relatório do Orçamento do Estado. Neste valor incluem-se também as concessões ferroviárias da Fertagus, entre Lisboa e Setúbal, e do Metro Sul do Tejo. A soma **das verbas previstas para a ferrovia e para a rede rodoviária nacional fica apenas em 1922 milhões de euros**, onde se inclui a CP e a Infraestruturas de Portugal (IP), que resultou da fusão entre a Refer e a Estradas de Portugal. A IP tem 13664 quilómetros de estradas sob gestão direta, enquanto a rede concessionada e subconcessionada (em regime de PPP) é de apenas 4210 quilómetros. A rede ferroviária gerida pela IP corresponde a 2562 quilómetros de linha, 64% da qual electrificada e servida por mais de 500 estações. A Fertagus transporta 20 milhões de passageiros por ano, número que na CP ultrapassa os 120 milhões. Ou seja, **o governo prevê gastar mais 156 milhões de euros com as PPP dos transportes do que com a CP e a IP.**

Descongelamento das carreiras

O documento aprovado no parlamento detalha o impacto orçamental das medidas previstas para o próximo ano, sendo o descongelamento de carreiras a que implica um maior investimento na função pública, de 274 milhões de euros líquidos.

Salários

Para o ano, há 50 milhões de euros para aumentar salários, mas não se sabe ao certo a quem, nem de que forma. Recorde-se que os trabalhadores do Estado não são aumentados há dez anos. Para já, sabe-se que em 2019, o governo dará continuidade ao processo de descongelamento das promoções e das alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório.

Pensões

Já a atualização extraordinária das pensões custará 137 milhões de euros no próximo ano, um valor apenas superado pela prestação social para a inclusão, que valerá 153 milhões de euros. Tal como nos dois anos anteriores, o **OE garante um aumento de pelo menos 10 euros a todos os pensionistas.** A exceção são as pensões atualizadas entre 2011 e 2015 - como o primeiro escalão da pensão mínima do regime geral da Segurança Social - que contará com seis euros. A reforma das longas carreiras vai receber 66 milhões de euros do Estado e o abono de família vai ter um aumento de 58 milhões de euros. No artigo 90.º, lê-se que “o governo aprova a legislação que procede à criação do novo regime de flexibilização da idade de acesso à pensão de velhice”. Na prática isto significa a eliminação do corte motivado pela aplicação do fator de sustentabilidade (que está nos 14,5%) nas reformas antecipadas para quem tem longas carreiras contributivas. Ou seja, para quem aos 60 anos tenha, pelo menos, 40 anos de carreira contributiva. Assim, já a partir de janeiro, quem se reformar com 63 anos deixa de sofrer o corte do fator de sustentabilidade. Uma regra que, a partir de outubro, se estende a quem se reformar com 60 anos ou mais. Mas o governo vai endurecer as regras de acesso à reforma antecipada para todos os outros trabalhadores. Quem só depois dos 60 anos de idade conseguir perfazer 40 anos de carreira contributiva deixará de poder reformar-se. É o caso de todos os trabalhadores que ingressaram no mercado de trabalho depois dos 20 anos de idade.

Abono de família

O OE reserva €63 milhões para reforçar o abono de família. Neste âmbito, será concluído o processo de aumento do abono de família para as crianças entre os 12 meses e os 36 meses, de forma que, até julho, o valor iguale o que é atribuído às crianças até aos 12 meses (130 mil crianças abrangidas por ano). Além disso, haverá um reforço da prestação atribuída às crianças entre os quatro e os seis anos de idade (200 mil crianças beneficiadas por ano) e é garantida a majoração do abono para os segundos ou mais filhos desde o nascimento até aos 36 meses (25 mil crianças beneficiadas por ano).

Educação

Uma das medidas mais aplaudidas é o **alargamento da gratuidade dos manuais escolares a todo o ensino obrigatório** (agora é até ao 6.º ano). As propinas não desaparecem mas o seu teto máximo baixa de 1068 euros para 856 euros no próximo ano letivo. Outra das decisões contidas no OE estabelece uma majoração de 10% no valor suportado pelas famílias do interior com as despesas de educação. Sendo que a dedução à coleta do IRS terá como limite o valor de 600 euros durante três anos. A medida junta-se ao corte de 5% das vagas em instituições de Lisboa e do Porto.

Saúde

Para o próximo ano, a Saúde vai contar com 10.922,9 milhões de euros. Na prática, mais 5% (523,3 milhões de euros) em comparação ao estimado para este ano e mais 7,1% (726,1 milhões de euros) face ao orçamento de 2018. O governo anunciou ainda a construção de cinco hospitais. Sendo que um deles, o Hospital de Lisboa Oriental, pode ditar o fim da Maternidade Alfredo da Costa e de cinco hospitais: São José, Santa Marta, Dona Estefânia, Capuchos e Curry Cabral.

Cultura

Apesar de um aumento de 12,6% no OE, a Cultura que passa de 445,3 milhões de euros para 501,3 milhões, continua a ser um dos parentes pobres do documento, ano após ano. Bem longe do 1% exigido pelas organizações e movimentos de profissionais do setor e recomendado pela UNESCO, a Cultura vai receber apenas 0,2%. Ainda assim, o governo acedeu em baixar o IVA dos espetáculos dos atuais 13% para os 6%, mas, segundo a proposta de Orçamento do Estado, a medida só entra em vigor a 1 de julho.

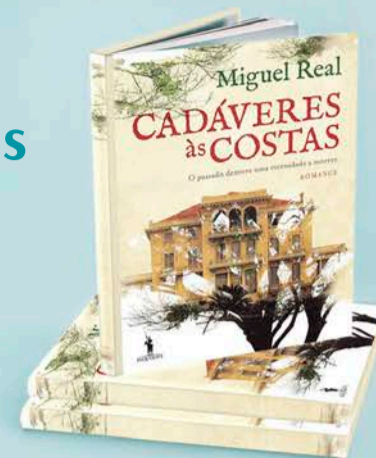
PREVPAP

A integração dos trabalhadores com vínculo precário nos organismos e serviços públicos só estará concluída no próximo ano. O governo assume que o Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários da Administração Pública (PREVPAP) está atrasado e que a sua “conclusão está prevista para 2019”.

Défice zero

Prossegue a fixação com o défice nulo para satisfazer as imposições de Bruxelas, com o acordo do governo, que priva o país de investimentos estratégicos em áreas fundamentais do Estado.

A VOZ dos livros



Cadáveres às Costas, de Miguel Real - Edição D. Quixote

Miguel Real é um dos nossos mais fecundos e singulares escritores contemporâneos: ficcionista; crítico literário; ensaísta rigoroso e conhecedor, cujos textos percorrem vários géneros de especulação analítica, da filosofia às questões sociais, políticas e literárias; dramaturgo, em parceria com Filomena Oliveira.

Autor de romances em que os rumores das diásporas lusas, essas marcas indeléveis de quem se fez ao mundo e a ele se abriu em líricos arroubos, se inscrevem de modo exemplar. O recente romance de Miguel Real *Cadáveres às Costas*, bebe transversalmente dessa fonte histórica, embora o substantivo do discurso assente na reflexão sobre a contemporaneidade e as características muito peculiares de certas *elites* do burgo lisboeta.

Romance atravessado pelo insólito, por um incisivo humor que desconstrói, de modo crítico, o factual que o alimenta, dá-nos uma vez mais a escrita soberba de um autor de inusitados recursos estilísticos e ficcionais, de uma imaginação vertiginosa que empolga e prende o leitor. Estruturado em 6 grandes capítulos, que relatam outras tantas “aparições” da irmã Lúcia a D. Consolação, a matriarca centenária, um cadáver que procria fantasmas, dos Peralta Perestrêllo (veja-se a simbologia dos nomes das personagens), família da alta burguesia com negócios muito escuros em África, tráfico de armas e diamantes (estes, escondidos em artísticos pássaros embalsamados), e outras manigâncias menores, donos de um palacete secular ao cimo do Parque Eduardo VII (cuja origem histórica nos é contada ao longo da diegese), onde um jovem pretendente a escritor aluga um estúdio e aguarda, entre seduções e delírios, que os deuses da vertigem o conduzam à escrita improvável da sua obra-prima.

Miguel Real, dá-nos um romance soberbo, no estilo solto, exemplar na usança da língua, no jocoso, mordaz cometimento no modo como descreve as “aparições” lucianas e o surreal como encena esses períodos, ao mesmo tempo que traça um retrato impiedoso de uma burguesia decadente, imoral e cínica, que vive, como sempre viveu, de influências, de pose, de negociatas à margem da licitude, em mafiosos processos de enriquecimento. É desse bolor, desse tolheador húmus, dos restos do século XX, das crendices, do obscurantismo cultural que permitiu o “fenómeno” de Fátima (tema que Miguel Real desenvolve no ensaio *Fátima e a Cultura Portuguesa*), estes “cadáveres” que todos, ainda, transportamos “às costas”, que este excelente romance trata.

Domingos Lobo

BRASIL



Os 47 milhões que votaram em Haddad/Manu estão agora na linha da frente da resistência (foto Mídia Ninja)

Para o Brasil, Aquele Abraço!

Rita Rato

Tentar compreender o Brasil a partir dos nossos critérios será sempre um desafio impossível. Seria como tentar compreender o batuque e o pandeiro do samba a partir dos acordes melancólicos do fado. O Brasil é, para a nossa escala, um continente. O quinto maior país do mundo em área e o sexto em população; viveu quatro séculos de colonialismo e as suas elites enriqueceram com o saque dos recursos naturais e o comércio de escravos, diga-se tráfico de seres humanos. Tudo isto deixa feridas fundas, tão fundas que perduram até aos dias de hoje sem cicatrizar.

Sete meses depois do Golpe que a afastou da presidência do Brasil, Dilma Rousseff veio a Lisboa. Alertou, de forma surpreendentemente lúcida, para o perigo da ascensão do fascismo e antecipou jogadas que impediriam a candidatura de Lula da Silva. Bola na rede. Nessa mesma noite revelou com absoluta clareza o que motivava o Golpe: os setores mais reacionários do Brasil não se conformam com medidas progressistas de distribuição da riqueza. As elites agrárias, económicas e financeiras não se conformam que pela primeira vez na história, aquelas mulheres que criam os

filhos dos outros sem ver os seus crescer, tivessem carteira de trabalho; não se conformam em ver jovens, negros e pobres, estudar na universidade, e balbuciavam ofensas como “aeroporto está parecendo rodoviária”, incomodados com a melhoria das condições de vida de vastas camadas da população. Nessa noite Dilma partiu apelando à resistência e à solidariedade, e a vida veio provar essa exigência.

Nos 13 anos de governos Lula e Dilma, o combate à pobreza teve resultados históricos. Dados da ONU confirmam que entre 2001 e 2012 a pobreza extrema foi reduzida em 75%, porque o acesso à alimentação foi promovido através de importantes medidas como o *Bolsa Família* e o aumento do salário mínimo que quase triplicou. Mesmo assim, o Brasil é campeão mundial na concentração da riqueza: 1% detém quase 30% da riqueza do país, ao mesmo tempo que metade da população vive com o salário mínimo. Alguém acreditará que esta elite abdica pacificamente dos seus privilégios? Várias medidas de justiça social foram implementadas entre 2002 e 2015, sem transformar, contudo, a natureza capitalista do sistema económico brasileiro, dominado pelos setores agrários e industriais e pelas multinacionais do agronegócio. Os governos do PT não

foram imunes a fenómenos endémicos de corrupção e criminalidade económica e isso deve ser apurado até às últimas consequências, destes e de todos os governos e partidos. Mas não existem erros, distorções ou desvios ideológicos que justifiquem como alternativa o fascismo. Aliás, o ascenso do fascismo é uma resposta das elites à conquista de direitos económicos e sociais e não uma consequência dessa conquista.

Os setores mais reacionários e as forças fascistas encontraram, primeiro em Temer e depois em Bolsonaro, os fantoches à medida do seu teatro. Desde o Golpe que a ordem é liquidar direitos sociais, cortar na educação, saúde e previdência, atacar liberdades, direitos e garantias, abdicar da soberania nacional, ajoelhar ao imperialismo, promovendo o medo, a violência e o terror. O assassinato de camponeses do Movimento dos Sem Terra, de ativistas e dirigentes sindicais, de estudantes, de Marielle Franco e outros ativistas políticos é deplorável, e o ambiente em que decorreu esta campanha eleitoral ajudará a explicar, em parte, o resultado de dia 28. O sistema judicial brasileiro ficará para sempre manchado pela cumplicidade e inércia neste contexto de violação de direitos humanos. Seja pela prisão arbitrária de Lula, pela total impunidade de crimes de ódio, pela

conivência com *fake news*, quais mísseis de manipulação, mentira e ódio.

O fascismo e seu candidato foram branqueados semanas a fio nas televisões e jornais dos grandes meios de comunicação social brasileiros, mas também portugueses, de forma chocante. As redes sociais têm dono, e eles apontaram impunemente estas armas de conteúdos digitais à democracia brasileira, servindo o fascismo e seu candidato. Pela apologia e prática do obscurantismo e do retrocesso, o papel da IURD deve ser desmascarado.

Todos os democratas acordaram dia 29 com um aperto no peito. O resultado eleitoral de um candidato que idolatra o Coronel Ustra, torturador que nos tempos da ditadura militar sequestrava crianças para assistirem à tortura dos pais, é inquietante. Mas nestes duros dias cada fio de vontade foram dois braços, e cada braço será uma alavanca na resistência. Muitas mulheres e homens uniram forças neste combate, saindo à rua, informando e esclarecendo das ameaças e dos perigos, mas também da força inalienável da participação de todos e cada um na luta pelo direito a ser feliz e a viver sem medo.

A todos os que apoiaram Haddad e Manuela D’Ávila, Aquele Abraço! Não foi em vão, dessas sementes nascerão cravos vermelhos de felicidade.

ALEXANDRA LUCAS COELHO

“A literatura é intervenção”

É jornalista e escritora. Publicou em setembro o seu quarto romance — *A Nossa Alegria Chegou* — um lugar mais imaginário do que nunca e tão dentro da vida quanto possível. Fizemos cinco perguntas a Alexandra Lucas Coelho. Tivemos muitas respostas.

Rita Morais

Parece haver um percurso rumo a lugares cada vez mais imaginários: vens do jornalismo; crónica de viagem; os primeiros romances que parecem próximos dessa realidade; *Deus-dará*, onde já há uma grande imersão no inverosímil; o primeiro livro infantil; e agora *A Nossa Alegria Chegou*, onde os lugares, sua história, fauna, flora, são inventados. É um livro muito diferente, mas que parece aglutinar todas as experiências literárias anteriores. Foi necessário este processo para chegar a esta literatura de hoje?

Cheguei ao jornalismo porque queria escrever livros e viajar. Foram os livros que me levaram ao jornalismo. Depois o jornalismo sugou o tempo e o espaço, muito intensamente. Até que se tornou impossível esperar mais para escrever livros. E, depois, para escrever romances. Porque demora a libertar das regras. E é isso que distingue jornalismo e literatura. Jornalismo tem e deve ter regras pré-estabelecidas, a bem da qualidade do jornalismo, e da democracia. O romance é um território inteiramente livre, portanto estabelece as suas próprias regras de cada vez.

Mas é sempre do real que trato. Chegando a ele, de cada vez, por processos, estruturas, formas diferentes. Cada romance, uma experiência, literária e de vida.

É uma história de resistência e revolução. É difícil não traçar paralelos com o presente, até conhecendo a tua profunda relação com a história recente de países árabes (publicou *Tahir*) e do Brasil, onde viveste e onde colocaste a ação de dois dos teus livros. Usas a literatura como catarse? Interessa-te imaginar “fins” que gostaria de ver transpostos para a vida?

Não vejo os livros como fora da vida. São uma parte central da minha vida. Literatura é vida. Escrever é afirmar a vida apesar de tudo. Como se diz algures em “*A Nossa Alegria Chegou*”, tentar entender o buraco negro de estar vivo. Toda a criação é uma forma extrema de luta. Pura resistência à morte, à opressão, o tempo todo. Uma guerra de libertação.

As tuas personagens são muito trabalhadas, sabemos sempre muito da sua história, como se a sua existência fosse pré-romance. Como é que as “guardas” depois de o romance acabar?

Antes disso, uma questão interessante é como as guardamos na cabeça enquanto o romance está a ser escrito. Porque mais ninguém as conhece. Porque elas não existem em mais lugar nenhum a não ser na nossa cabeça. Se morrermos nunca existirão, ficarão presas para sempre num limbo. E enquanto andam connosco, e só connosco, vão trabalhando por dentro de nós. Mudamos também. Criamos as personagens de certo modo para elas nos criarem, também. Então será essa a forma que temos de as guardar depois. Elas já são nós, ou nós já somos elas. Escrever é uma total antropofagia.

Tens prevista a continuação da série *As Aventuras de Orlando (infantil)*. Porque é que a denominada literatura infantil te é aliciante?

Prevejo fazer dois livros da série “*As Aventuras de Orlando*” em breve, um passado na Guiné-Bissau, outro em Moçambique, em princípio. Depois, logo se vê. Orlando nasceu naturalmente, de uma parte de “*Deus-dará*”, o meu terceiro romance. De resto, não tenho mais planos de literatura infanto-juvenil.



foto: Rui Gaudêncio

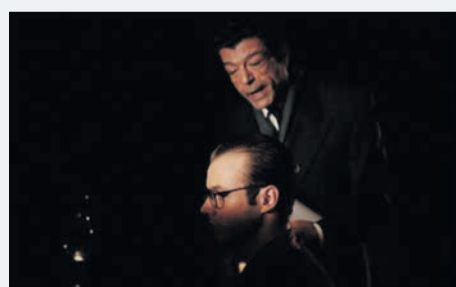
Há um ideia política forte em todos os teus livros. Gostas de pensar na literatura como a tua forma de intervenção?

A literatura, como toda a criação, é intervenção, uma ação no mundo. Vejo as crónicas como ação política imediata e os livros como ação sem prazo. Ação de libertação, sempre. De quem escreve, e depois, talvez, de quem lê — mas isso já é com quem lê. Portanto, não quer dizer que os livros sejam programas, panfletos ou instrumentos, ao contrário. Os livros são inteiramente livres, não são instrumentais, não são militantes, não servem nada nem ninguém. Nem respondem perante nada nem ninguém. E, idealmente, não se arrumam em gavetas.

Quem escreve tem de estar livre de cada vez para escrever o que precisa de escrever, sem ficar amarrado ao que se espera, à fórmula anterior. Correndo o risco de desapontar. Essa é a primeira liberdade.

Sugestões culturais:

Os Apontamentos de Trigorin



O teatro da comuna traz à cena a adaptação do dramaturgo norte-americano Tennessee Williams do clássico de Tchekhov, *A Gaiivota*. João Mota encena a história de Constantine: “jovem escritor sensível, cuja busca pelo amor, arte e aceitação é maior do que a própria vida.”

Raiva



Adaptação cinematográfica de Sérgio Tréfaut do romance de Manuel da Fonseca, *Seara de Vento*, cuja ação se desenrola no Alentejo, nos anos 50 do século passado. Num tempo fustigado pelo vento e pela fome, uma onda de violência chega com uma série de assassinatos cuja origem é mistério.

John Berger



A *Antígona* publica duas obras do crítico de arte inglês. *Modos de ver* (1972), ensaio que revolucionou a forma como olhamos para a arte, e *Entretanto* (2008), um brevíssimo ensaio sobre o mundo contemporâneo e uma denúncia da forma como o poder transforma o planeta numa prisão.

Momoko, Teatro de sombras japonesas



A antiga arte japonesa do Kamishibai, o contador de histórias ambulante, é recuperada pelo teatro “*A Monda*” que apresenta, no Museu do Dinheiro, “*Momoko*”, a menina pêssego que vive no Japão. Com música tradicional japonesa, movimentos, canções e haikus. A entrada é livre.

TRABALHO

CGTP convoca manifestação por melhores salários

É no dia 15 deste mês que milhares de trabalhadores de todo o país vão percorrer a distância que separa o Marquês de Pombal dos Restauradores, em Lisboa, para exigir mais avanços nos direitos e a valorização dos trabalhadores, anunciou a CGTP no dia do seu 48.º aniversário. Perante centenas de dirigentes, delegados e ativistas sindicais, Arménio Carlos defendeu que “este é o momento de aumentar a nossa capacidade reivindicativa. A CGTP-IN não abdica de um aumento salarial para todos os trabalhadores, e não apenas para os salários mais baixos. A CGTP-IN exige ainda o aumento do salário mínimo nacional para os 650 euros, já em janeiro do próximo ano”. A manifestação, que se realiza numa quinta-feira e que tem ponto de encontro marcado para as 15 horas, foi convocada sob o lema “Avançar nos direitos, valorizar os trabalhadores” e decorre num momento em que trabalhadores de diferentes setores intensificam a luta em empresas e serviços. “Temos de discutir com os trabalhadores, temos de entregar os pré-avisos de greve, temos de organizar os transportes e temos de trazer os trabalhadores organizados dos locais de trabalho para a rua, para fazermos do Marquês de Pombal aos Restauradores um movimento de massa humana excepcional”, afirmou o secretário-geral da CGTP. O objetivo é “demonstrar que não aceitamos as coisas como estão a decorrer e entendemos que este é o momento para responder às nossas reivindicações e às nossas propostas. Não há qualquer razão para, num quadro de crescimento económico, não acelerar o passo e avançar para um aumento geral dos salários”. Entre os diferentes setores que protestaram pelo aumento das remunerações, estão os trabalhadores da Administração Pública que paralisaram parte importante dos serviços públicos. Durante a greve convocada pela

Frente Comum, esta estrutura sindical da CGTP exigiu também a revalorização das carreiras. Dias antes, em declarações ao *Jornal Económico*, Ana Avoila denunciou que “não é com 50 milhões que se faz aumento de salários”. A coordenadora da Frente Comum referia-se à verba anunciada pelo governo no Orçamento do Estado para 2019. Esta proposta “segue em linha com os anteriores, quando se esperava que o governo assegurasse o regresso à normalidade, ao que tínhamos antes do congelamento aplicado por José Sócrates, mas o Governo continua a ficar com o dinheiro dos trabalhadores da Administração Pública, continuando a aplicar o congelamento de carreiras por fases”, disse à *Agência Lusa*.

Portugal no pódio da precariedade

A percentagem de trabalhadores que têm vínculos temporários em Portugal tem oscilado entre os 20% e os 22% na última década, de acordo com dados divulgados hoje pelo Eurostat. O valor registado em 2017, 21,4%, é muito superior à média da União Europeia, 13,4%, e da zona euro, 14,9%. Apenas em Espanha e na Polónia, o gabinete de estatística da União Europeia regista valores superiores, ambos com uma taxa de cerca de 26%. Na Alemanha, por exemplo, o valor não ultrapassa os 12%. Desde 2012 e em países como a Roménia, a Lituânia, a Estónia, e a Letónia a taxa é inferior a 4% do emprego total.

O governo pretende utilizar a taxa de precariedade, ou de rotatividade, por setor para aplicar uma contribuição adicional sobre as empresas que a ultrapassem. A medida, incluída no acordo com as confederações patronais, subscrito pela UGT, em junho deste ano, tem sido duramente criticada, nomeadamente pela CGTP-IN, por legitimar um “nível aceitável de precariedade”.

A Voz do Operário há 100 anos

O nosso aniversário

Alguns camaradas referem-se ao aniversário d’A *Voz do Operário* com palavras de muita estima e consideração, que nos apraz registar. Assim, *O Setubalense* escreve: “Ao aniversário d’A *Voz do Operário* nós vimos trazer as nossas saudações. Saudamos n’ella a idéa que se radica, que se desenvolve, que triunpha”. D’O *Combate*, órgão central do Partido Socialista: “Passou na sexta, 11, o 39.º aniversário d’este nosso presado confrade, que dentro da imprensa operaria desempenha uma educadora missão, pela forma instructiva e combativa como é confeccionado, o que honra a sua redacção, que tem á sua frente a pena brilhante do vigoroso jornalista e nosso amigo J. Fernandes Alves. É com effusão, pois, que *O Combate* saúda o aniversário d’A *Voz do Operário* e faz votos pelo progresso da benemerita Sociedade de que é órgão”.

D’O *Eco Telegrapho Postal*: “Completo mais um anno de existencia *A Voz do Operário*, jornal defensor da classe dos manipuladores do tabaco e do operariado em geral. Á sua redacção endereçamos as nossas cordeas saudações, fazendo votos para que o seu 39.º anno de existencia seja mais prospero que os anteriores, e assim possa derramar a luz dos nobres ideaes”.

D’O *Eco de Estremoz*: “Entrou em mais um anno de publicação o nosso presado collega *A Voz do Operário*, que vê a luz da publicidade em Lisboa, sendo, sem duvida, o mais importante defensor das classes proletarias. Ao nosso collega endereçamos cordeas felicitações, desejando-lhe que conte muitos mais”.

D’O *Construtor Civil*, do Porto: “Mais um anno na sua existencia conta este nosso collega de Lisboa, pois, que no passado dia 11 completou 39 annos de existencia. Pela passagem de tão faustosa data, *O Construtor Civil* envia ao seu velho colega as suas felicitações”.

D’O *Nauta*, semanario independente de Ilhavo: O admiravel jornal de Lisboa, *A Voz do Operário*, de que é redactor principal o nosso amigo e distincto jornalista operario, J. Fernandes Alves, que cumpriamos, attingiu o 39.º anno de publicidade. Uma longa existencia esta, toda dedicada á defesa dos humildes e pugnando pelos são principios sociaes. Ao nosso colega enviamos, pois, as nossas saudações”.

Da *Vida Ribatejana*, semanario de Villa Franca de Xira: Com numero 1974 completou 39 annos de existencia este nosso presado confrade de Lisboa. Commemorando o seu aniversario, *A Voz do Operário* publica uma pagina commemorativa, com variada e bella collaboração. Na pessoa do seu illustre director, o sr. Saul Pacoldino Fernandes, felicitamos o corpo redactorial d’A *Voz do Operário*.

Novembro de 1918



Sociedade de Instrução e Beneficiência A Voz do Operário

Assembleia Geral Ordinária
22 novembro 2018 — 18h

Nos termos do art.º 31º, ponto 32, alínea a), convoco todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos, para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar no próximo **dia 22 de novembro, às 18 horas**, na Sede da Instituição, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Plano de Atividades e Orçamento;
2. Vários.

Nota: Se à hora marcada para o início dos trabalhos não estiver presente o número legal de sócios, a Assembleia iniciar-se-á uma hora depois, de acordo com o disposto no art.º 33º, ponto 1, dos Estatutos.

Lisboa, 8 de outubro de 2018
O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Libério Domingues